

INVESTIMENTOS

Comissão do Ministério do Planejamento concede autorização para GDF negociar R\$ 660 milhões com bancos estrangeiros

União aprova empréstimo

SAMANTA SALLUM E
ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério do Planejamento autorizou o Governo do Distrito Federal (GDF) a assinar três contratos de empréstimos internacionais. Com a decisão, a capital ganhou o sinal verde para captar um total de US\$ 220 milhões — cerca de R\$ 660 milhões — em investimentos. O dinheiro será destinado a obras como a conclusão do Metrô, saneamento básico e preservação ambiental.

A Comissão de Financiamento Externo (Cofix) do Ministério do Planejamento deu o aval para o empréstimo, em reunião na tarde de ontem, depois de análises técnicas sobre a capacidade de endividamento do Distrito Federal. O contrato mais vultoso é com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O valor será de US\$ 161,4 milhões, ou seja R\$ 484 milhões.

O dinheiro será aplicado pelo GDF para melhorar o sistema de transporte, que inclui a expansão do Metrô e integração com as linhas de ônibus. A intenção também é implantar faixas exclusivas para transporte coletivo nas vias de maior fluxo de trânsito, instalar controles eletrônicos de tráfego e renovar a frota. Para obter o empréstimo, o governo local terá de aplicar uma contrapartida de US\$ 85 milhões (R\$ 255 milhões), que poderá sair dos cofres públicos locais ou de investimentos privados.

Saneamento ambiental

Outros dois contratos serão firmados com o Banco Mundial (Bird) para saneamento ambiental. Um deles, no valor de US\$ 57 milhões (R\$ 175,5 milhões), é pa-

Edilson Rodrigues 13.9.03



EXPANSÃO DO METRÔ É UMA DAS OBRAS CONTEMPLADAS COM O DINHEIRO DO EMPRÉSTIMO: SENADO PRECISA DAR AVAL

ra projetos e obras de água e esgoto. Nesse caso, a contrapartida do Executivo local será no mesmo valor, sendo US\$ 18,9 milhões (R\$ 56,7 milhões) da Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb) e US\$ 38,7 milhões (R\$ 116,1 milhões) do Tesouro local. Além do empréstimo, o GDF também receberá do Bird uma doação no valor de US\$ 1,5 milhão (R\$ 4,5 milhões) para elaboração do projeto das obras relacionadas ao Programa de Saneamento Ambiental.

Entre as prioridades para aplicação dos recursos provenientes do Bird estão tratamento das reservas hídricas das Bacias do Descoberto e Paranoá, captação de novos mananciais e destinação adequada de resíduos sólidos. Também está nos planos a implantação de rede de saneamento em Águas Lindas (GO), como forma de preservar os recursos hídricos do Distrito Fede-

ral, já que o município não tem tratamento de esgoto e põe em risco a água usada pelos moradores da capital.

A análise da carta-consulta sobre os empréstimos era aguardada com muito interesse pelos integrantes do GDF. Em janeiro, o governador Joaquim Roriz esteve com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e pediu empenho político para autorização dos financiamentos. “Essa decisão mostra que o governo federal não discrimina o Distrito Federal. O governo Lula tem preocupação permanente com a população daqui, diferentemente do que ocorreu anos atrás. O governo Fernando Henrique, influenciado por forças políticas da época, não concedeu autorização de empréstimo para o governo local, administrado por Cristovam Buarque (PT)”, comentou o vice-líder do governo na Câmara, Sigmaringa Seixas (PT-DF).

Aval do Senado

Para obter liberação do Cofix, o governo do DF teve de comprovar que tem capacidade de endividamento e pode honrar o empréstimo obtido junto a organismos internacionais. A palavra final, entretanto, ainda não foi dada. Além do aval do governo federal, o Senado também terá de aprovar os financiamentos. Depois disso, o Bid e o Bird deverão enviar missões ao Distrito Federal para conhecer os projetos e a realidade local. Só, então, o dinheiro começará a ser liberado.

Para o porta-voz do GDF, Paulo Fona, o aval do ministério do Planejamento mostra que as finanças do Executivo local estão equilibradas. “Temos capacidade de endividamento porque estamos adimplentes”, afirma Fona. “A autorização também é uma demonstração de que o GDF tem bons projetos e o governo federal reconhece isso”, acrescenta.